ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816

MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO CERRADO: políticas conservadoras e suas consequências

Jean Silveira dos Santos
Mestrando no Pós-Graduação em Geografia UFG/Regional Catalão-UFCAT/Membro do Núcleo de Estudos Socioambientais (NESPSA/UFCAT)
E-mail: jeansilveirasantos@hotmail.com

Carolina Rodrigues Guimarães
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem UFG/Regional Catalão-UFCAT
E-mail: carolinarodrigues279@outlook.com

José Henrique Rodrigues Stacciarini
Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Geografia UFG/Regional Catalão – UFCAT
E-mail: jhrstacciarini@hotmailcom

Resumo
Propomos na presente pesquisa analisar os reflexos, no campo e na agricultura familiar, da implementação de políticas e projetos neoliberais no âmbito do agronegócio que culminaram na expansão da fronteira agrícola para o Cerrado em períodos políticos de grande impacto econômico e social, como a Ditadura Civil Militar (1964-1985) e o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2002 e 2016, acarretando em desigualdade socioeconômica, além de sobrelevar os conflitos e massacres no campo. Para tanto, apoiamo-nos em teóricos e especialistas da Geografia e de outras ciências que versam acerca do proposto.
Palavras-chave: Modernização do campo. Políticas neoliberais. Conflitos. Cerrado.

MODERNIZATION OF THE FIELD IN THE CERRADO: conservative policies and their consequences

Abstract
In this research we propose to analyze the reflexes, in the field and in family agriculture, of the implementation of neoliberal policies and projects in the scope of agribusiness that culminated in the expansion of the agricultural frontier to the Cerrado in political periods of great economic and social impact, such as the Civil Dictatorship Militar (1964-1985) and the government of the Partido dos Trabalhadores (PT) between 2002 and 2016, resulting in socioeconomic inequality, in addition to raising conflicts and massacres in the countryside. For that, we rely on theorists and specialists from Geography and other sciences who deal with the proposal.
Keywords: Modernization of the field. Neoliberal policies. Conflicts. Cerrado.

Introdução

O campo brasileiro sofreu grandes transformações com o advento da Revolução Verde e passou a ser considerado, aos olhos das políticas neoliberais, estratégico para as pretensões da acumulação capitalista. Nesse pleito, a ação do Estado foi fundamental para a criação de programas, planos e incentivos agrícolas, contudo, a aplicação desse investimento foi de caráter conservador e produziu um quadro de desigualdade que se alastra até os tempos atuais.

Durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985), os governantes juntamente com os grandes proprietários de terras apresentaram-se dispostos a apostar no agronegócio. As novas tecnologias, somadas às sofisticadas técnicas de produção, incentivo à pesquisa e ao crédito agrícola, propiciaram a abertura para outras fronteiras de plantio, como na região do Cerrado. Esta lógica excluiu o dito pequeno produtor rural e a sua reprodução social ficou comprometida, já que a política de livre mercado favoreceu a produção de *commodities.*

Já nas gestões do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2002 e 2016, o investimento ao agronegócio alcançou enormes cifras e a agricultura familiar esteve "desvalorizada", na medida em que se considera a importância social destes atores. Assim, as expectativas da chegada deste governo à presidência foram contrariadas e o resultado desse distanciamento não poderia ser outro, senão o aumento da luta pela terra e os massacres no campo.

Nesse enfoque, este texto objetiva viabilizar uma reflexão sobre a maneira como a política de investimento conservador ocasionou uma grande desigualdade socioeconômica no campo brasileiro, durante os períodos de governos ultraliberais, como a Ditatura Civil Militar, destacando a expansão da fronteira agrícola para a Região do Cerrado, e em governos de esquerda (ou centro esquerda), como o do PT, contribuindo para acentuação dos conflitos e massacres no campo.

Para tanto, a estrutura do texto está organizada em duas partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira, destaca-se o viés da modernização conservadora do campo e o seu impacto para a expansão da fronteira agrícola no Cerrado, com destaque para os governos militares. Na segunda, contextualiza sobre como os investimentos conservadores, incluindo as gestões do PT, tiveram parcela na produção das desigualdades e conflitos entre o latifúndio, camponeses, trabalhadores da terra, entre outros.

Modernização do campo no Cerrado: uma visão neoliberal

A modernização do campo brasileiro teve ênfase na década de 1960, pela prerrogativa do aumento da produção de grãos e no aditamento da logística de escoamento dessa mercadoria, em favor dos grandes proprietários de terra que visavam o mercado externo. Certo disso, o discurso do combate à fome não correspondia, em verdade, às intenções dessa nova lógica do campo, até porque essa problemática humanitária de escala mundial justifica-se mais pela falta de acesso do que à sua quantidade propriamente dita (CASTRO, 1984).

Respaldados pelo atendimento da política internacional, os produtores beneficiados do pacote tecnológico da Revolução Verde foram os latifundiários, os quais se tornaram atores importantes para a política econômica hegemônica. Consequentemente, reverberou-se um incremento segregado dessa nova forma de produzir, onde poucos grandes produtores rurais tiveram muitos recursos financeiros e tecnológicos, enquanto os muitos pequenos produtores trabalhavam com pouco ou absolutamente nada desses recursos.

Dessa forma, a Revolução Verde representou uma ruptura na ideia de produção rural até então vigente. O uso de novos fertilizantes químicos e agrotóxicos no portfólio agroindustrial tornou-se uma característica encontrada nas grandes fazendas, o que resultou no domínio das novas técnicas, na destruição das áreas "agricultáveis", impactos ambientais diversos, no acúmulo de capital para as oligarquias do campo, além de evidenciar a segregação da tecnologia e pesquisa, excluindo as pessoas mais simples que viviam da terra.

Por essa razão que o impacto da Revolução Verde no Brasil foi e é objeto de estudo pela ótica de diversas ciências. Em virtude da capacidade transformadora desse fenômeno na sociedade, na Geografia, encara-se por diversos ângulos tal temática, desde as desigualdades sociais como resultado das políticas burguesas, as disputas pela terra dos pequenos produtores contra a concentração fundiária, a relação homem-natureza com ênfase na degradação ambiental até a participação econômica proporcionada pelo agronegócio.

Pelo viés da presente discussão neste texto, cabe mencionar o que Milton Santos (1988) descreve: "Quando a ciência se deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade [...]" (SANTOS, 1988, p.7).

Nesta compreensão, pode-se dizer que o desenvolvimento da ciência, da técnica e da tecnologia foi ideologizado pelo viés da exploração capitalista. Perante isso, a sofisticação dos aparatos utilizados no campo e toda a sua modernidade esteve a serviço da economia neoliberal, concomitante com a redução da força de trabalho (CLARH & FOSTER, 2010).

Logo, é necessário entender o neoliberalismo que estava no âmago destas estratégias políticas como "um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais" (CHOMSKY, 2002, p.3).

Diante disso, o vigor da nova tecnologia e a expansão da produção em larga escala foi uma natural consequência que favoreceu para que a agroindústria passasse a ter uma representatividade maior aos olhos dos neoliberalistas, enquanto os trabalhadores nas pequenas propriedades rurais lutavam para sobreviver no limiar desta desigualdade.

De acordo com Silva e Botelho (2014, p.363), "antes da modernização da agricultura, até a década de 1960, a tecnologia utilizada na grande maioria das propriedades agrícolas era de menor sofisticação e extremamente restrita a alguns cultivos, como o café para a exportação". Contudo, com as máquinas agrícolas aprimoradas e as técnicas de correção de solo a realidade abriu-se um novo horizonte para a agenda agroexportadora, a prova disso foi a adição de novas regiões brasileiras que antes eram consideradas inacessíveis para o plantio.

Nesse sentido, Frederico (2015) destaca que o Cerrado entra na pauta da expansão da fronteira agrícola, uma vez que as condições topográficas e climáticas deste Bioma passaram a ser aproveitáveis para uma realidade de plantio de monoculturas:

> Com uma área de aproximadamente 2 milhões de km², equivalente à ¼ da extensão territorial brasileira, o Cerrado possui condições topográficas (planalto com grandes áreas planas e solos profundos) e climáticas (pluviosidade regular e em volume adequado e intensa luminosidade) favoráveis à mecanização e à produção agrícola em larga escala (FREDERICO, 2015, p. 74).

Com o apoio das oligarquias, os latifundiários foram munidos com o pacote tecnológico da Revolução Verde, o que ocasionou o interesse em regiões até então "esquecidas", como o caso do Cerrado. Por meio de políticas de incentivo para expansão comercial através do plantio de *commodities*, esse Bioma tornou-se fundamental para atingir os objetivos de mercado. Assim, explorar o solo cerradeiro "surgiu como uma possibilidade

real e privilegiada, dada a sua localização geográfica e suas características físicas, como clima, chuvas definidas e regulares e terrenos planos" (PIRES, 2000, p.112).

Vale lembrar que, ao mesmo passo desse interesse no solo do Cerrado, questões de cunho político-econômicas, doravante a uma interiorização dos investimentos no chamado Brasil Central, ganharam forças e resultaram na construção e inauguração de Brasília, na década de 1960. Esse foi um marco para o desenvolvimento de toda região do Planalto Central brasileiro.

Sendo assim, os produtores foram determinados a utilizar estas "novas terras", pois fluidez de transição de carga no território passou a ser uma prioridade para atender o capital. Os governantes foram incentivados a criar, no principal modal utilizado no Brasil, rodovias, anéis viários, duplicação de estradas, entre outros, como meta colaborativa para o novo mercado, até porque "a modernização da agricultura faz parte do processo de modernização do território. E para o capital, a modernização do território, ou melhor, a adequação dele para obtenção de fluxos deve ser constante" (MATOS; PESSÔA, 2011, p.292).

É recorrente associar a modernização do campo com a reprodução do capital. Para isso, o desenvolvimento de infraestruturas era fundamental para o deslocamento das mercadorias. Como o território brasileiro é vasto e com vários campos propícios para o plantio extenso, era e ainda é visto, pela ótica dos grupos mandatários, como interessante para a exploração agroindustrial e para atender a agenda econômica estabelecida.

Admita-se então que esta modernização do campo, vista como conservadora, foi responsável pelo aumento das desigualdades sociais, onde os monopólios expandiram suas riquezas. Os pequenos produtores rurais, por sua vez, não conseguiam adquirir as tecnologias de produção do pacote agrícola vigente. Eles foram cada vez mais excluídos pelas pretensões do Estado, já que a agricultura familiar era e é intencionada para a subsistência, por isso, os vários incentivos tornaram-se desinteressantes para o investimento político e econômico.

Diante do incremento do pacote tecnológico da Revolução Verde e o pensamento neoliberal que vigorava em favor das elites do campo, a expansão da fronteira agrícola, vinculada à exploração de terra, adotou um discurso de "progresso" ligeiro. "A partir daí houve a adição de massiva tecnologia, conseguindo, então, modificar o direcionamento agrícola brasileiro e diversificar seu portfólio produtivo, trazendo nova forma de administrar, viver, produzir, cultivar e desenvolver o meio rural [...]" (ALVES, 2013, p.10).

Entre período de 1964 a 1985, compreendido pelo Regime da Ditatura no Brasil, instalada pelos Militares, alguns planos e programas para a modernização no campo foram fundamentais para as políticas de expansão da fronteira agrícola rumo ao Cerrado. O quadro 1 ilustra alguns desses programas e planos.

Quadro 1 – Programas e planos de modernização do campo no Cerrado durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)

Governo e período	Programas e Planos Agrícolas
Castelo Branco (1964-1967)	• Plano de Ação Econômico do Governo (PAEG)
Costa e Silva (1967-1969)	• Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (PED), • Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)
Médice (1969-1974)	• Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) • Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) • Programa de Assentamento Dirigido do Alto-Paranaíba (PADAP) • Programa de Crédito Integral (PCI)
Geisel (1974 -1979)	• Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) • Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA) • Primeiro Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) • Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB) • Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) • Programa Especial de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (PROMAT) • Programa Especial da Região de Dourados (PRODEGRAN) • Programa Especial de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul (PROSUL)
João Figueiredo (1979-1985)	• Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-TO (PRODIAT) • Programa de Financiamento de Equipamentos para Irrigação (PROFIR) • Programa Nacional de Irrigação (PRONI) • Segundo Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para

	Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER II)

Fonte: PIRES, M .O., 2000. **Org**.: SANTOS, J.S.D., 2019.

A partir das informações do quadro 1, percebe-se a significativa atuação destes governos no implemento de programas e planos agrícolas, que demonstraram o comprometimento para com as políticas neoliberais e o apoio à classe latifundiária.

No percurso dessas gestões, a de Ernesto Geisel favoreceu uma atuação mais representativa com a criação de oito programas. Sequencialmente, João Figueiredo e Emílio Garrastazu Médice, em seus planos econômicos, desenvolveram quatro programas. Por sua vez, Artur da Costa e Silva efetiva dois programas, e, no período de governo de Humberto de Alencar Castelo Branco, destacou-se um plano. Na visão de Pires (2000),

> Esses programas, aliados a outros incentivos públicos, como a política de preços mínimos, de subsídios creditícios e de instalação de obras infra-estruturais, contribuíram substancialmente para uma nova configuração do espaço regional do cerrado, implicando mudanças sociais, econômicas e ambientais. Não se pode, assim, imputar unicamente a esses programas a responsabilidade pelas mudanças configuradas na região nos últimos trinta anos. Igualmente, no entanto, não se pode esquecer que a relevância deles deve-se em parte ao seu caráter inovador, à medida que demonstraram na prática a viabilidade econômica da produção agrícola no cerrado, em bases modernas, o que até então carecia de factibilidade (PIRES, 2000, p. 112).

Durante o governo de Castelo Branco, o PAEG (Plano de Ação Econômico do Governo) teve como proposta implementar o incentivo a preços mínimos, o que tornou possível ampliar a produção a baixos custos. Com isso, a redução dos déficits governamentais e o controle de crédito para o setor privado, no entanto, sem provocar liquidez, foram fundamentais (BASTIAN, 2013).

O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (PED) que foi realizado no percurso do governo Costa e Silva, "privilegiou a comercialização e as transformações tecnológicas da agricultura. Nessa época, pelo crédito rural, o incentivo ao uso intensivo de máquinas e fertilizantes foi prioritário, o que tornou claro os interesses industriais presentes na reestruturação da agricultura brasileira" (PIRES, 2000, p. 114).

Já a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) esteve direcionada ao campo social, investiu em políticas de migração com a pretensão de aumentar o contingente demográfico da região Centro-Oeste. As pretensões da gestão vigente alinharam-se com a política instaurada para o empenho econômico e de controle social. "Na busca por estes interesses os militares intensificaram o processo de industrialização e

urbanização, o que concomitantemente levou a ocupação do sertão do centro do país, as chamadas áreas vazias do território" (ARAÚJO, 2018, p.258).

Ao Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) foi atribuída uma significativa importância, pois, através das estratégias de desenvolvimento agrícola realizada por este plano, que estava diretamente vinculado ao Projeto Brasil Grande Potência, criou-se o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) que apresentou como foco o desenvolvimento, apenas, da região Centro-Oeste (PIRES, 2000).

Posteriormente, como afirma Pires (2000), o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi predicado para criação de vários outros programas subsequentes, visando o desenvolvimento da agricultura na região Centro-Oeste como, por exemplo,

> [...] o Programa Especial da Região da Grande Dourados (Prodegran), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília. A visão predominante indicava que o papel estratégico da agricultura no processo de desenvolvimento seria reforçado com a ocupação das extensas áreas agricultáveis nessas regiões (PIRES, 2000, p.115).

Vale mencionar dentre esses programas supracitados, que o POLOCENTRO tinha por objetivo acentuar o enriquecimento de um considerável número de produtores rurais por meio da concentração de terras. Em consequência, as disputas de terra e água no campo agravaram-se, além de gerarem problemas de degradação ambiental que foram abruptamente expostos (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014).

No governo de João Figueiredo (1979-1985) destacaram-se os programas de financiamento à irrigação, pelos quais seguiam a mesma premissa de incentivo a baixos custos, sobretudo, com ênfase em regiões de clima seco para garantir o fornecimento de água constante. Houve forte atuação do Estado e da iniciativa privada internacional que visava o implemento de infraestrutura. Conforme a Agência Nacional de Águas (ANA, 2017),

> [...] com protagonismo do governo na execução de obras coletivas de uso comum (como em perímetros públicos), de infraestrutura básica (transmissão e distribuição de energia, macrodrenagem, logística) e de suporte (financiamento, pesquisa, extensão). À iniciativa privada caberia a complementação de ações governamentais e as demais ações para efetivação da irrigação na escala da propriedade. Essa divisão, assim como o estabelecimento de diretrizes e normas mais claras e específicas, ocorreu com a regulamentação da Lei de Irrigação em 1984 (Decreto nº 89.496) –

> cinco anos após sua promulgação (Lei nº 6.662/1979) (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2017, p.18).

Ainda sobre os impactos na região do Cerrado, através dos programas no período da Ditadura Militar, o PROCEDER, também se revela fundamental. O acordo entre Japão e Brasil para a exploração das terras do Cerrado evidencia a força de atuação estrutural dessa parceria, sendo que os donos dos monopólios passaram a se subordinar à indústria e ao capital-financeiro, no qual tornou-se visível a dependência da "indústria processadora de produtos agrícolas e produtora de insumos, máquinas e implementos agrícolas" (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014, p.5).

Fica evidente que, após descrever alguns destes programas e planos gerados no período dos governos militares, houve a aproximação ideológica de uma perspectiva mais econômica que social. Para Sauer e Leite (2012), o conservadorismo apresentou uma diferente forma de pensar o campo, pois

> [...] a expansão das atividades do agronegócio nas fronteiras agrícolas, associadas ao incremento de investimentos estrangeiros, tiveram como resultado um forte processo de valorização dos preços das terras. Esse incremento compromete a situação de diversos segmentos que, diante desse quadro, viram-se forçados a realizar deslocamentos em direção a áreas mais distantes, tornando a questão do acesso à terra e ao território bem mais complexa (SAUER; LEITE, 2012, p. 519).

Durante o período militar, algumas instituições foram pensadas para impulsionar a produção agrícola e o uso da ciência passa a cooptar de maneira mais evidente com as pretensões do capital. Sendo assim, "com o objetivo de melhorar o desempenho da agricultura brasileira, deu-se prioridade ao crédito agrícola com assistência técnica. Pretendia-se fomentar as pesquisas e incentivar o uso de assistência técnica" (FREITAS, 2008, p. 77).

Nesse sentindo, em 1973, criou-se a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA); no ano seguinte (1974) surgiram a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA); e, posteriormente, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), extinta em 1992.

Essas instituições contribuíram para o desenvolvimento das técnicas de produção no campo e a pesquisa científica passou a ser fundamental na agenda neoliberal para a produção agroexportadora. Consequentemente, há uma segregação ao acesso dessas informações,

tornando ainda mais evidente a exclusão dos fundamentais atores do campo brasileiro que são responsáveis pelo abastecimento alimentício: os agricultores familiares e camponeses.

Percebe-se que a desigualdade no campo brasileiro se tornou recorrente, inclinando-se, sobretudo, a um alto investimento nos latifúndios. A consequência da falta de políticas públicas agregadoras ao produtor de baixa renda ocasionou o acirramento das lutas de classes. Assim, várias disputas resultaram em verdadeiras tragédias na vida de centenas de trabalhadores que vivem da terra, sendo essa uma questão deveras preocupante para aqueles que se colocam a favor de uma justiça territorial e social.

Consequências das políticas conservadoras: conflitos e massacres no campo

A exclusão dos pequenos produtores rurais das técnicas, tecnologias e pesquisas, bem como da própria terra, reflete nas desigualdades no campo contemporâneo. Como resultado, o próprio sustento passou a ser uma dúvida para esses sujeitos, onde muitos deles se viram obrigados a migrar para o assalariamento nas grandes fazendas, abandonando os seus valores, as suas práticas e costumes, além de adentrar em uma lógica de trabalho precário.

Matos e Pessôa (2011) argumentam que na década de 90 do século XX, algumas nuances relacionadas à modernização agrícola modificaram a dinâmica do campo,

> [...] provocando metamorfoses no mundo do trabalho por meio do crescimento da terceirização, informalidade, diminuição de trabalhadores com carteira assinada, aumento das condições precárias do trabalho, entre outras. Essas metamorfoses no mundo do trabalho não se restringem apenas ao meio urbano; abrangeram também o campo, sendo mais visível nas empresas rurais. (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 293).

Essa questão é recorrente, no mesmo passo que muitos desses sujeitos, que vivem da terra, não conseguem sair das formas tradicionais e até rudimentares de produção, causando uma disparidade na competitividade característica do mercado. Desta forma, esses trabalhadores, que não conseguem produzir em pé de igualdade com o grande e o médio produtor rural, especialmente porque não possuem as mesmas ferramentas, migram para as grandes fazendas para obterem renda.

Evidencia-se assim que o capital obrigou o pequeno produtor a resistir no campo frente às adversidades do acesso tardio de parte dessas tecnologias, mesmo porque a agroindústria e a propriedade fundiária atendem a agenda econômica do capital financeiro e supervaloriza o lucro sobre a terra com o forte incentivo estatal (DELGADO, 2010).

A política do livre mercado e da competição desigual, só faz aumentar a riqueza dos grandes proprietários, já que as políticas de incentivo de crédito privilegiaram a concepção de produção acumulativa. Para Silva (2015),

> [...] a modernização elevou a concentração fundiária, a pobreza e exclusão dos pequenos produtores rurais devido o alcance dos subsídios, do maquinário, pois as taxas de créditos rurais são extorsivas. Essa dinâmica territorial no espaço agrário acentuou as desigualdades sociais fazendo ascender o discurso de desenvolvimento territorial rural. (SILVA, 2015, p. 8).

Frente a esse panorama, o pequeno produtor encontra-se desamparado e a sua importância social é banalizada. Entretanto, essa também foi uma questão central para a ação dos movimentos sociais, do desenvolvimento da autogestão e da ajuda mútua. Ainda, as cooperativas criadas por esses sujeitos que foram engolidos pela onda neoliberal e por não conseguirem reproduzir sozinhos a sua subsistência, mas também por não se sujeitarem aos grandes proprietários de terras, ganham relevância. Com isso, para fugir do estigma de empregados e lutar pela permanência no campo, eles passaram a exercer um papel de liderança, com reivindicações e organização do trabalho (COTRIM, 2018).

O descontentamento desse favorecimento histórico de cunho hegemônico causou a reação de grupos organizados, a exemplo dos sindicatos rurais como movimento representativo na luta de identidade do pequeno produtor rural. Cotrim (2018, p.59) assinala que "Os sindicatos agregam atores sociais que compartilham interesses políticos comuns ou de poder, principalmente frente ao Estado [...]".

Por essa razão, é necessário fazer a análise do campo brasileiro que considere a atuação dos sujeitos do campo, a sua resistência, luta pela terra, bem como os conflitos e não apenas o impacto econômico, já que "os dados quantitativos e qualitativos da produção agrícola, como se essa produção pertencesse a todos, forjam uma falsa imagem das reais consequências que o agronegócio gera para os biomas, para os trabalhadores e para a sociedade de um modo geral" (MATOS; PESSÔA, 2011, p.293).

Uma das consequências da desigualdade no campo consiste pela violência nos territórios através da luta por terra e água. Para Stédile (2020)

> [...] a história das lutas camponesas no Brasil, infelizmente as oligarquias, a classe dominante, sempre atuou com extrema violência procurando abafar a luta pelos direitos sociais da maioria da população que vivia no campo. Assim eram reprimidos os trabalhadores escravos todos os dias no

> pelourinho ou com seus capitães-do-mato, para impedir as fugas. Assim foi quando surgiu o campesinato no final do século 19, com Canudos (BA), Contestado (PR/SC) e Caldeirão (CE), que foram as mobilizações mais conhecidas. Mas em todos estados houve rebeliões e massacres. Depois, ao longo do século 20, muitas lutas camponesas foram reprimidas a bala. Inclusive contra as ligas camponesas e no golpe empresarial-militar de 1964 houve muitos mortos, presos e torturados, que ocorreram contra a base das ligas, movimentos e sindicatos até suas lideranças como Gregorio Bezerra, Francisco Julião, Clodomir de Moraes, Padre Francisco Lage, João Sem Terra, Lindolfo Silva, Zé dos Prazeres, etc. Assim foi quando ressurgiram os movimentos camponeses, com a redemocratização a partir de 1984. Todos os movimentos camponeses, populares e sindicais sempre sofreram repressão da classe dominante quando quiserem se organizar e lutar. Há inúmeros casos individuais contra as lideranças ou coletivos (STÉDILE, 2020).

Esse panorama supracitado tem-se persistido. Observa-se que, nos últimos anos, essas disputas tem se destacado em virtude do alto índice de assassinatos registrados. É possível verificar na tabela 1 dados de 2017 sobre essa convergência:

Tabela 1: Conflitos por terra e por água no campo brasileiro em 2017.

Conflitos por terra	
Ocorrências	989
Ocupações/retomadas	169
Acampamentos	10
Assassinatos	71
Conflitos por água	
Conflitos	197
Assassinatos	1

Fonte: MITIDIERO JÚNIOR, M. A.; FELICIANO, C. A., 2018. **Org.:** SANTOS, J.S.D., 2020.

Os números apresentados são apenas dos conflitos contabilizados no ano de 2017. Por falta de denúncias ou encobrimento midiático, é possível que existam mais casos de conflitos e assassinatos não contabilizados. Além da aparência dos números, é importante ressaltar que eles representam o resultado de anos de descaso para com os pequenos produtores, ribeirinhos, camponeses, seringueiros e todos que utilizam da terra para sua subsistência.

Mitidiero Junior e Feliciano (2018) destacam ainda que os números da violência no campo expostos na tabela 1 ocorre, primordialmente, nas regiões mais vulneráveis. Na região Norte, concentra-se 58,57% desses conflitos e na região Nordeste foi contabilizado 22,85%. Posteriormente, as regiões Centro-Oeste com 11,85%, Sudeste (2,85%) e Sul (2,85%),

completam o panorama dessas informações considerando as grandes regiões brasileiras. Assim sendo, o ano de 2017

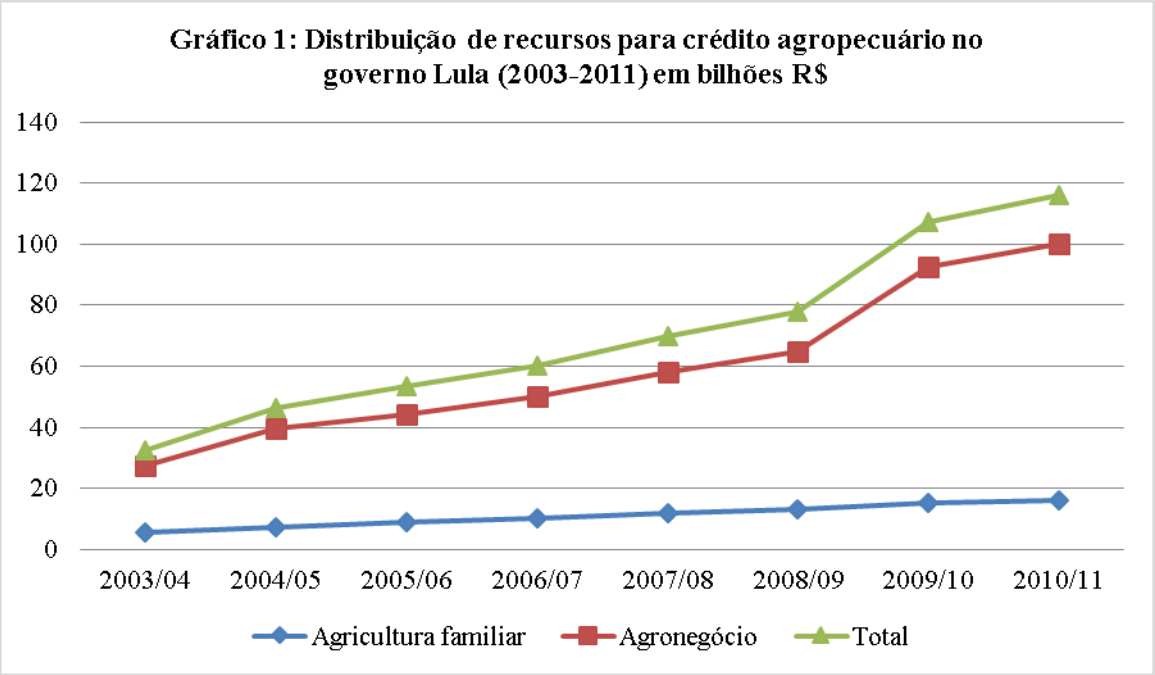
> [...] superou todos os recordes, com 05 massacres em um ano, algo nunca registrado pela CPT neste século. Desde 1985 nunca havia ocorrido tantos conflitos com a presença de atos de violência como em 2016, chegando a cifra de 1.079 ocorrências. Já o dado que demonstra a face mais trágica dos conflitos rurais, que são os números de assassinatos, alcançou um total de 61 em 2016 e 71 assassinatos em 2017 (em média foram 6 assassinatos por mês), o maior número desde 2003 (73 assassinatos) e o segundo maior número nos últimos 25 anos (MITIDIERO JUNIOR; FELICIANO, 2018, p. 232).

Este cenário de violência é um reflexo da conjuntura política do país, no qual, pela ação de seguimentos extremistas, conservadores e neoliberais, com destaque para Bancada Ruralista que contava com apoio dos grandes veículos de comunicação do Brasil, contribuiu para arquitetar o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Tal estratégia fez parte de um contexto conturbado na história brasileira, onde a ganância, a exploração ambiental, igualmente com a aversão aos movimentos sociais e das raras conquistas da agricultura familiar foram postas em questão. Nesse fito, entraria na presidência aquele que atenderia melhor à agenda do agronegócio brasileiro, o emedebista Michel Temer.

Não resta dúvida que o problema correspondente à história do campo brasileiro corrobora para o estado das coisas nos dias atuais, o qual tem-se como consequência, a desigualdade estrutural das classes antagônicas do campo. A atuação dos governantes, ao longo dessa trajetória, seja de forma passiva ou ativa, é decisiva, mesmo porque, desde a Lei de Terra de 1850, os grandes fazendeiros forjavam documentos para adquirir as terras sem controle do Estado. Posteriormente, com a modernização conservadora do campo nos períodos da Ditadura Militar, viu-se um quadro de distanciamento das políticas subsidiárias para o pequeno produtor rural e investimento tecnológico, estrutural e científico para os latifundiários. Persistiu-se esse quadro durante os governos neoliberais nos anos de 1990.

Mas é importante mencionar outro período que explicita a potencialidade do agronegócio no Brasil, no qual é evidenciado durante os períodos dos governos do PT e aparece como destaque à diferença (em bilhões) da distribuição de crédito agrícola entre o agronegócio e a agricultura familiar.

O gráfico 1: Distribuição de recursos para crédito agropecuário no governo Lula (2003-2011) em bilhões R$

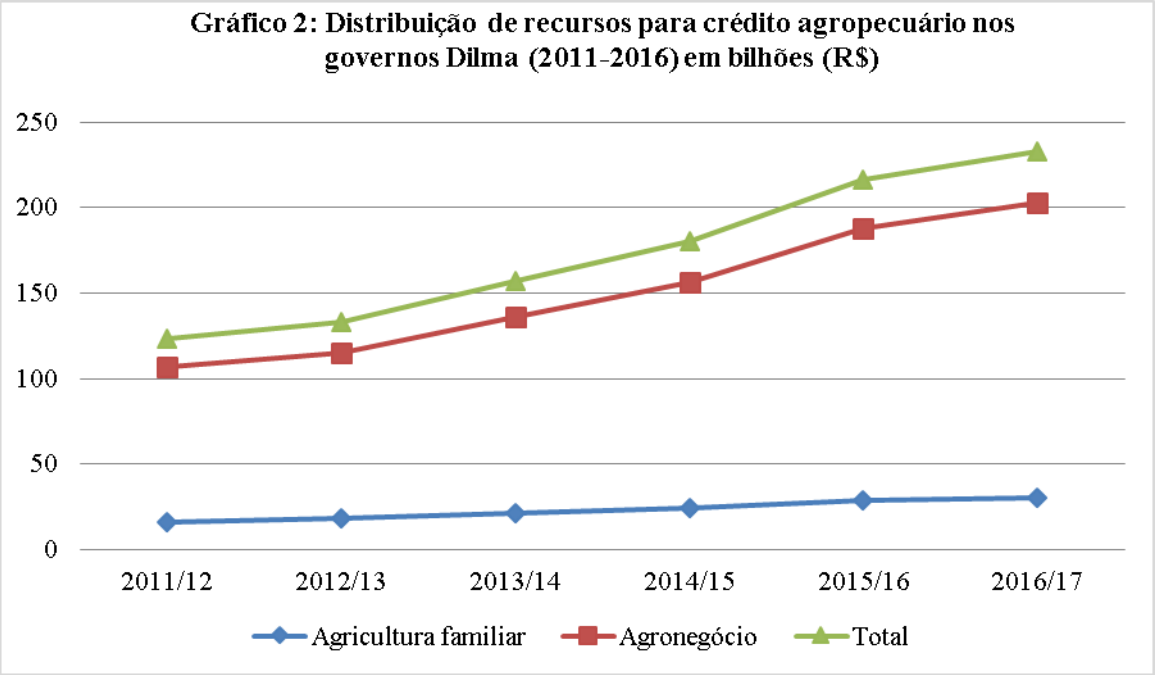


Fonte: COSME, C.M., 2016 apud MAPA, 2002-2011. **Org**.: SANTOS, J.S.D. 2020.

A discrepância das cifras entre a agricultura familiar e o agronegócio atestam as incoerências sobre a questão agrária no governo Lula, que sempre foi utilizada como motivação ideológica dentro do partido. Assim, a pouca representatividade, quando se ratifica os gastos com os pequenos produtores rurais em comparação aos latifundiários, em um governo que prometia fazer diferente, corrobora com a influência neoliberal nas decisões de gastos do dinheiro público.

Nessa mesma lógica, o governo subsequente, da ex-presidente Dilma Rousseff, financia de forma inescrupulosa o agronegócio no Brasil. Ao contrário disso, a agricultura familiar recebe uma quantia, neste período de governo, muito aquém da sua importância social e do abastecimento alimentício para a população brasileira. A partir do gráfico 2 é possível verificar essas informações.

Gráfico 2: Distribuição de recursos para crédito agropecuário nos governos Dilma (2011-2016) em bilhões (R$)



Fonte: COSME, 2016 apud MAPA, 2002-2011. **Org**.: SANTOS, J.S.D., 2020.

Percebe-se que em ambos governos petistas, houve um grande favorecimento para o agronegócio, mesmo essa classe sendo historicamente beneficiadas por gestões conservadores anteriores desde o período da Ditadura Militar passando pelos governos liberais dos anos 1990. Esse fato trouxe muito descontentamento para as classes despossuídas do campo, por consequência, o aumento do fosso da desigualdade intensificaram os conflitos após a saída forçada da ex-presidente Dilma do poder.

Em sua essência, o sistema capitalista utiliza das formas mais abusivas para atender seus interesses, sobretudo, "estratégias e ações criminais de reprodução" (MITIDIERO JUNIOR; FELICIANO, 2018, p. 221). A desigualdade no campo tem como consequência a violência e, por conseguinte, os massacres dos mais vulneráveis. Essa realidade não será contornada, enquanto as políticas não forem sustentáveis e reavaliar as ações de incentivo aos produtores historicamente esquecidos.

Considerações finais

A modernização agrícola na história brasileira perpetuou em uma direção conservadora e propiciou ao agronegócio, superar paradigmas na produção de grãos. A região

do Cerrado, que em certo momento era considerada imprópria para o plantio, com o avanço da tecnologia pelo advento da Revolução Verde, tornou-se possível e desejável.

Mas, com expansão da fronteira agrícola para a região do Cerrado vista como prioridade durante o período da Ditadura Militar, os pequenos produtores rurais no qual não se encaixavam nas pretensões das políticas neoliberais, ficaram fora de uma política de modernização e, por sua vez, desfavorecidos diante da ideologia do livre mercado.

Sob essas circunstâncias, as oligarquias do campo tiveram a sua disposição crédito agrícola a juros baixos, a infraestrutura para os fixos e fluxos, tecnologia, pesquisa, programas, planos e calendário comercial. Todo esse aparato produtivo esteve do lado hegemônico, privilegiando o lucro e os interesses do capital.

Como analisado, nos governos petistas, os quais despertaram esperanças para as minorias do campo, sucumbiram-se diante da agenda ultraliberal. Ainda assim, a devastadora aversão às raras conquistas dos pequenos produtores e movimentos sociais foi fundamental para articular a saída, por meio do *impeachment*, da ex-presidente Dilma Rousseff, pelo simples fato dos grandes proprietários de terras quererem mais privilégios.

Como resultado, as desigualdades no campo, nas disputas pela terra, tornaram-se evidentes com o contar dos assassinatos das lideranças camponesas no ano de 2017. Mas não custa lembrar que esse problema é histórico como, por exemplo, o massacre que ocasionou a morte de 19 trabalhadores sem-terra em Eldorado dos Carajás (Pará), em 1996.

Michel Temer, ao tornar-se Presidente do Brasil, flexibilizou dívidas milionárias dos latifundiários, atacou publicamente os movimentos sociais do campo e permitiu o afrouxamento das leis e fiscalização do trabalho no campo, inclusive, do trabalho análogo à escravidão. Essas questões acentuam ainda mais a precarização dos mais vulneráveis.

Em 2019, Jair Messias Bolsonaro tomou posse da presidência do Brasil. O seu ultraconservadorismo é evidente, quando, assumidamente, demonstra-se a favor dos grandes proprietários de terras e de toda liberação e flexibilização para o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Adverso aos movimentos sociais e minorias do campo, Bolsonaro criminaliza-os e incentiva a violência em "defesa da propriedade privada".

Com os desdobramentos contemporâneos, a nova configuração do campo brasileiro não aparenta boas perspectivas para os pequenos produtores rurais. Com isso, resta saber, como os movimentos sociais, os partidos políticos, a mídia, os pesquisadores e a sociedade podem se organizar em luta contra a desigualdade e a violência?

Uma das recorrentes reflexões sobre a questão do campo no Brasil compete pela luta de reforma agrária, luta essa que é histórica, visto a desigualdade na distribuição de terras desde os tempos coloniais. Com isso, surgiu com urgência recorrer a esse debate, sem nenhuma pretensão de esgotá-lo, dado aos ataques contra os movimentos sociais e pequenos produtores rurais que estão cada vez mais constantes. Desta forma, é necessário que as forças populares da sociedade se unam, com o propósito de cobrar a disposição democrática da terra, para o uso da agroecologia, contudo, sem destruí-la (STÉDILE, 2020).

O presente artigo pretendeu trazer à tona esta discussão, pois, a permanência na terra está cada vez mais precária para a comunidade camponesa em geral. Por fim, compete aos cientistas sociais, especialmente, para os geógrafos, atenção aos desdobramentos futuros para estreitar os laços com os pequenos produtores rurais, aprender mais com suas vivências e unir-se contra os discursos e práticas de ódio.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Águas (Brasil). **Atlas irrigação**: uso da água na agricultura irrigada. Brasília: ANA, 2017.

ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na Mesorregião Noroeste do RS (1930-1970)**. 174f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, RS, 2013.

ARAÚJO, Marco Aurélio Corrêa. A Região Centro-Oeste no contexto da "modernização" do sertão. **Revista Mosaico**, v. 11, p. 255-264, 2018. e-ISSN 1983-7801.

BASTIAN, Eduardo F. O PAEG e o Plano Trienal: uma análise comparativa de duas políticas de estabilização de curto prazo. **Est. Econ**., São Paulo, vol. 43, n.1, p.139-166, jan.-mar. 2013.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10.ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. Bertrand Brasil: São Paulo, 2002.

CLARH, Brett; FOSTER, John Bellamy. **A dialética do metabolismo sociológico**: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. Boitempo: São Paulo, 2010.

COSME, Claudemir Martins. Os governos do PT e os descaminhos com a questão Agrária no Brasil: contribuições para um diálogo polêmico, necessário e imprescindível à Classe Trabalhadora. **Revista pegada**, vol. 17 n.1, pp. 312-343, Julho/2016.

COTRIM, Décio Souza. Organização social e associativismo rural. *In:* GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, Gustavo (Org). **Organização social e movimentos sociais rurais**. 2. ed. rev. e ampl. — Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Revista Desenvolvimento em debate,** v.1, n.2, p.111-125, janeiro–abril e maio–agosto 2010.

FREDERICO, Samuel. Economia política do território e as forças de dispersão e concentração no agronegócio brasileiro. **GEO*graphia*** – Ano. 17 – Nº 35 - Dossiê – 2015.

FREITAS, José Cassiano de. **A política agrícola do regime militar de 1964**: aspectos jurídicos, financeiros e socioeconômicos. 107f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional), Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2008.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ** - Ano 13, nº. 22, v. 2, p. 290-322, 2011.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; FELICIANO, Carlos Alberto. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **Revista OKARA**: Geografia em debate, João Pessoa – PB, v.12, n.2, p. 220-246, 2018.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O PROCEDER (re)visitado: *as engrenagens* da territorialização do capital no Cerrado. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária.** Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-22, jun., 2014.

PIRES, Mauro Oliveira. Programas agrícolas na ocupação do Cerrado. **Sociedade e cultura**, Goiânia/GO, Vol. 3, n.1-2, pp. 111-131, 2000.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teórico e metodológico da Geografia. Hucitec. São Paulo, 1988.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50, N° 3, p. 503-524, Jul/Set – Impressa em Setembro de 2012.

SILVA, Genivânia Maria da. As transformações no campo brasileiro: modernização da agricultura e Desenvolvimento territorial rural. **Boletim DATALUTA**, Sergipe, março de 2015.

SILVA, Gustavo Bianch; BOTELHO, Maria Izabel V. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 362-387, abr., 2014.

STÉDILE, João Pedro. **Entrevista concedida a Erick Gimenes (Brasil de Fato)**. Brasília (DF), 14 abr. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/04/14/esta-pandemia-e-a-expressao-mais-tragica-da-fase-atual-do-capitalismo-diz-stedile. Acesso: 14 abr. 2020.